

MEMÓRIA ORAL & ESCRITA, FRENTES FLORESTAIS E A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO GEOGRÁFICO

Nilson Cortez Crócia de BARROS¹

RESUMO

O trabalho reúne várias observações e reflexões acerca da experiência de pesquisa em Geografia nas condições de fronteira de povoamento, na Amazônia (Roraima), no final do século 20. Apresenta a importância de se ter uma atenção especial aos processos de produção das estatísticas demográficas. Resgata a relevância das relações entre a Geografia e a Antropologia nos espaços geográficos de conteúdos interétnicos sob acelerada mudança cultural.

Palavras-chave: reflexões, antropologia, estatísticas demográficas.

ABSTRACT

The present work deals with the geographical research experience in the tropical frontier environment (Amazônia, Roraima) in late 20th century. Describe the special conditions faced by those involved in the producing of statistical data, specially the demographic one. Shows several evidences of how relevant the old link between Geography and Anthropology is when geographical research is conducted in environments marked by cultural differences and accelerated changes.

Key-words: reflections, anthropology, demographic statistics.

1. INTRODUÇÃO

Memória escrita, memória oral, história do pensamento antropológico e vários outros temas associados neste Seminário², deram-nos a oportunidade de iniciar uma série de reflexões assistemáticas sobre os processos práticos de obtenção das informações em pesquisas na Amazônia. O resultado está exposto neste texto e creio possa ajudar no capítulo das nossas próprias práticas e dificuldades de pesquisa. O presente texto – que serviu de guia à nossa intervenção oral no Seminário – está dividido em três partes.

Na parte I discorro sobre a experiência da fronteira em Roraima, uma fronteira de colonização, especialmente na parte sul e sudeste deste Estado, no ambiente da floresta (hiléia/*rainforest*). Esta é uma fronteira, no quadro cronológico da colonização recente da

¹ Professor de Geografia do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: nccrocia@ufpe.br.

² O presente trabalho foi apresentado na Sessão “Da Oralidade à escrita: o Registro da Memória”, no Seminário Interinstitucional Ciência e Saberes na Amazônia: processos históricos culturais e história do pensamento antropológico”, promovido pelo CNPQ/PADCT, UFAM e UFPE, Recife, UFPE, 01 de Junho de 2006.

Amazônia – isto é, pós 1960 - denominada de “tardia”, pois aconteceu em seguida às frentes do Pará, Acre, Rondônia. Contudo, existiram experiências de colonização em áreas de floresta de Roraima anteriores à que abordarei; foram elas do final dos anos 40, quando o poder central criou o Território Federal do Rio Branco por extração de parte das terras do Estado do Amazonas³. O que será aqui exposto encontra-se em trabalhos anteriores (BARROS, 1994, 1995, 1996, 2002, 2004).

Na parte II comento alguns problemas ligados à obtenção das fontes documentais, das fontes escritas e das orais. Na parte III, enfim, mesmo que sumariamente, tento pensar as observações antes oferecidas na perspectiva da história do pensamento geográfico. Como o seminário também se refere à história do pensamento antropológico, procurarei as relações entre a experiência da pesquisa num ambiente de fronteira, ambiente de contato intercultural, área submetida a uma expansão “imperial”, digamos assim, e hábitos de raciocínio geográfico.

2. A FRONTEIRA EM RORAIMA

Como fronteira de expansão na Amazônia acontecida no contexto da urbanização e da industrialização no Brasil, a fronteira em Roraima foi das consideradas “tardias”. Tardia porque as frentes haviam muito progredido no sudoeste do Pará, Rondônia, Acre; em Roraima, quando efetivamente a fronteira foi aberta para colonização de forma mais massiva era o fim dos anos de 1970. Foram abertas as rodovias Manaus/Boa Vista (BR174) – que depois foi construída até a Venezuela (Santa Elena) – e Perimetral Norte⁴.

Estas duas estradas, em vários trechos, precipitaram um processo de invasão de terras, e quem de certa forma ajudou efetivamente o processo da colonização foi a Prefeitura do Município de Caracaraí. Roraima, na década de 70 – por então ainda Território Federal, com quase 300 mil km², pois torna-se Estado pela Constituição de 1988 –, estava dividido em dois municípios apenas: Caracaraí ocupando toda a metade sul, e Boa Vista⁵ toda a metade norte⁶. O então município da parte meridional, mais ou menos no

³ Sobre a ocupação de Roraima, ver Hemming (1990 a, 1990 b). Apreciação global de Roraima nos anos de 1950 pode ser encontrada no clássico trabalho regional de Guerra (1957). Uma visão atualizada, compreensiva e multidisciplinar de Roraima é representada pelo trabalho de Barbosa, Ferreira & Castellon (1997), inclusive quanto à história da colonização e memória das expedições científicas às terras do Rio Branco.

⁴ Sobre este momento da fronteira ver Carvalho (1982), e Silveira & Gatti (1988). Sobre populações indígenas ver: Silva (1980), Carvalho (1982), Amoroso & Farage (1994), Farabee (1967), Farage (1991), Koch-Grünberg (1966), Meggers (1987), Peters (1998), Schomburgk (1836, 1841).

⁵ Sobre a cidade (vilarejo) de Boa Vista no início dos anos de 1930, ver: Waugh, 1934.

⁶ Sobre a Roraima pré 1970, das fazendas de gado do “lavrado” (cerrado), ver: Rivière, 1972.

paralelo de 2 graus para o sul, foi que geriu a distribuição dos terrenos abertos, mas de forma pouco sistemática.

Em consequência disto, a colonização produziu uma estrutura de propriedade da terra muito desigual. Em algumas partes o INCRA atuou, porém apenas depois, em um retardo de uns 3 ou 4 anos. Depois da chegada do INCRA, a colonização conseguiu manter um padrão de 60 a 100 hectares por lote (família), dependendo da área. Em outras secções da fronteira, as propriedades chegaram a ter 1000 ou mais de 1000 hectares. A assimetria na propriedade da terra resultou muito grande.

A grande motivação inicial para os que eram mais capitalizados foi explorar madeira. Mas a área não era muito rica de madeiras de lei. A colonização, a princípio, com o sistema de madeira e o sistema de coleta da castanha, caminhou bem; depois, entretanto, começou a sofrer os efeitos de vários eventos, não só ligados à exaustão das madeiras de valor que existiam e da castanha também, mas alguns eventos como a própria deterioração das infra-estruturas em geral.

As estradas, por exemplo, foram construídas e depois deixadas sem manutenção, por falta de programação orçamentária. As estradas sem revestimento de asfalto, ou mesmo que o tivesse, foram se deteriorando com os anos. As vicinais foram sendo afetadas pelo uso e pelas chuvas e, dependendo das condições, muitas vicinais realmente foram destruídas em poucos anos, especialmente pela queda das pontes de madeira, isolando secções de área da colonização. Isso se associou, no final dos anos 80, a um surto de malária extremamente violento, surto simultâneo à deterioração de alguns serviços que haviam surgido inicialmente, sobretudo serviços educacionais e de saúde.

Na década de 80, toda esta situação de retrocesso nos assentamentos populacionais da colonização persistiu e, ainda nesta mesma década, acontece o ciclo do garimpo⁷. O garimpo causou evasão na colonização, sugou a força de trabalho dos projetos familiares. O garimpo estava bem dentro dos horizontes das ambições da colonização familiar. As pessoas então deixavam as roças e iam catar o metal. Evidentemente, pela necessidade, pela ambição, pelo sonho e empurrados por aquelas deteriorações do meio ambiente construído nos anos iniciais da colonização, antes mencionadas. E, por que não dizer, pelas expectativas não realizadas de melhorias infra-estruturais progressivas, antes prometidas.

Roraima não foi propriamente uma fronteira econômica vigorosa, do tipo em que os empreendedores de gado ou grãos entrassem na frente e lhe dessem sustentabilidade

⁷ Sobre o garimpo no final do século 20, ver MacMillan, 1995.

empresarial⁸. Na realidade, foi uma fronteira produzida pelo estado, com seus gastos de motivação política, ideológica e estratégica. Então, isso criou um quadro muito particular. Acabou se transformando, essencialmente, numa fronteira burocrática. Fronteira de espaços (rubricas) dentro do orçamento. Isto se dá especialmente depois de 1988, com a Constituição; a criação de um novo Estado possibilitava o surgimento de uma seqüência de instituições públicas pela lógica da simetria de cronograma com as velhas unidades da federação. Criaram-se grandes possibilidades de postos de trabalho no setor público, e em diferentes setores de serviços (educação, saúde, transporte, segurança, etc.). Muitos acabaram abandonando os projetos agrícolas e se dirigindo à capital, Boa Vista, para “minerar” estas oportunidades mais reais.

Na década de 80 foi apresentado o Projeto Calha Norte, que visava retirar as áreas da Perimetral Norte (sul florestal de Roraima) da crise da colonização, referida antes. Era um projeto extremamente interessante, que se propunha a fazer o que não havia sido feito no fim da década de 70 com a abertura das estradas BR 174 e Perimetral. O Calha Norte procurava então complementar as condições de assentamento, criar as condições para a permanência populacional na fronteira agrícola mediante melhoria de serviços sociais. Para lá haviam ido, no final da década de 1970 e começos da década de 1980, aproximadamente de 25 a 30 mil pessoas, e se assentaram no meio da floresta em busca de oportunidades.

O Projeto Calha Norte procuraria, por meio do soerguimento na infra-estrutura, estabilizar aquelas populações com estabelecimentos educacionais, com melhoria de fornecimento de energia, com asfaltamento das estradas, enfim, era um projeto que não tinha quase nada de instalações militares. Contudo, a conjuntura política e institucional provocou uma série de distorções apaixonadas nas análises, de maneira que os interesses mais claros e cristalinos daquela população brasileira municipal, população que ali já vivia ao longo da Perimetral Norte – e cuja instalação significou um alto custo humano (inclusive multicultural), material e ambiental – acabaram sendo sacrificados pelo debate hiper-ideológico e desenvolvido pelos “metropolitanos” entre si.

Estes, nestes “sítios” de representação, não conseguiam ver as necessidades básicas daquela população que vivia na fronteira, talvez pelo aprisionamento dos seus focos às suas próprias agendas metropolitanas. Na década de 90, contudo, por iniciativas estaduais (isto é, a partir de agentes políticos mais próximos do mundo local), tem lugar uma

⁸ Os estudos geográficos sobre as fronteiras que permitem comparações entre elas são muito desenvolvidos e numerosos, e apenas exemplos são Becker (1978, 1984), Machado (1992), e na América Latina: Reboratti (1990).

retomada dos investimentos. As infra-estruturas avançaram e o povoamento se consolidou, especialmente com o revestimento das estradas no fim desta década. Uma parte dessa retomada deve ser debitada às articulações institucionais, que, no final dos anos 80, passaram a ter um peso maior. A antiga geografia política, centralizada no executivo, sofre alterações; a energia das decisões se dispersa também por ambientes parlamentares.

Pelo menos em hipótese pode-se dizer que surge uma espécie de geografia política dos territórios (unidades federais) com pouca população – eleitorado pequeno – e substancial representação parlamentar. Estes territórios revelam-se bons campos de reprodução burocrática ou institucional e férteis à atuação dos *lobbies* públicos e privados, digamos assim. Através disso se consegue suficiente poder político, suficiente representação, bens difíceis de obter em unidades da federação com bases demográficas amplas e estruturas partidárias historicamente sedimentadas.

Isto teria permitido a obtenção de vários investimentos que vitalizaram, de certa forma, e consolidaram aquele povoamento no sul e sudeste de Roraima que havia sido iniciado no final da década de 70. Evidentemente que a população, a maior parte, foi para a capital, pois, apesar dos projetos de colonização, a capital sempre foi o grande foco, o local dos escritórios, das sedes administrativas, dos serviços como educação e saúde, etc. Contudo, de certa forma, o crescimento da Macrocefalia de Boa Vista foi detido: a importância relativa da população desta cidade estabilizou-se em torno dos 60% da população estadual, revertendo a tendência crescente que vinha desde a década de 40. Não fossem aqueles investimentos no sul/sudeste florestal, a macrocefalia de Boa Vista teria se tornado muito mais intensa⁹.

Nessa área do sul e sudeste, o que progride é pecuária, ainda que lentamente. De cultura comercial, apenas a banana conseguiu se firmar; o café não progrediu. É um misto de área de pequenos produtores com certa expansão da pecuarização. Verifica-se crescimento das propriedades, por ajuntamento. Concentração fundiária e pecuária são eventos muito associados. Até 1970, o gado estava no cerrado/campos (“lavrado”, pastos naturais), dentro de um sistema parecido com o das civilizações do couro no semi-árido do Nordeste do Brasil. A partir da colonização nos meados dos anos de 1970 o gado foi migrando para as áreas de floresta (pastos de desmatamento), e isto se tem acentuado¹⁰.

⁹ Sobre a macrocefalia de Boa Vista, ver: Abers & Pereira, 1992, e Amorim Filho & Diniz, 2004.

¹⁰ Estudos recentes sobre a colonização são os de Diniz (2004) – na perspectiva das migrações – e de Droulers (2001).

3. OS DADOS E AS CIRCUNSTÂNCIAS DA SUA PRODUÇÃO E OBTENÇÃO

Informações – rebanhos, produção agrícola, colonização, população, etc., relatórios de pesquisa, artigos, livros - para serem obtidas dependem de grande cooperação e ajuda dos funcionários de diferentes instituições, e da cooperação entre pesquisadores que trabalharam na mesma área. Não há uma centralização das informações na área, porque é área também de fronteira no sentido das infra-estruturas burocráticas e de pesquisa.

As infra-estruturas documentais nas instituições eram muito incipientes no começo dos anos de 1990 e, evidentemente, vitimizadas por essa pouca estruturação. E sobrecarregadas por funções executivas que sugavam energias e recursos. O INPA, como biblioteca e logística, o IBGE, a Funasa, o Incra, o Instituto de Terras, o Ibama desempenhavam papel central. O papel das personalidades que valorizavam a organização documental sobre Roraima, dentro destas instituições, não pode ser esquecido, mas enaltecido. “Minera-se” um texto aqui, uma tabela ali, um mapa acolá, e assim por diante. Por exemplo, o trabalho singular do Museu Paraense Emilio Goeldi, onde os pesquisadores tiveram acesso aos postos de triagem de migrantes nos anos 1970-80 (SILVEIRA & GATTI, 1988) no sul de Roraima. Outro é o trabalho sobre a mineração feito por pesquisadores do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal de Santa Maria, na década de 70, realizado através de um campus avançado que esta Universidade mantinha em Roraima, trabalho com informações valiosas (VIEIRA, 1971).

Havia muita sobrecarga de trabalhos nos órgãos. Observemos a dificuldade de atualização dos cadastros dos parceleiros em todo o Estado, cadastro que teve que ser feito no final dos anos 80; nos anos de 1990 necessitava atualização permanente por conta da progressão dos projetos. É que o processo de ocupação e de abertura de novas áreas continuava, exercendo pressão sobre as burocracias. As coberturas demográficas merecem atenção, pois há dificuldades adicionais à realização dos censos, justamente na época das chuvas. Estas, que facilitam a chegada por barcos em algumas áreas, em outras áreas dificulta, pois o acesso não é por barco, mas por carro. As chuvas prejudicam; e pior, podem criar gastos adicionais. Como lidar com essa dificuldade burocrática dos gastos adicionais? Os orçamentos são necessariamente limitados. O pesquisador, ao ouvir as narrativas das dificuldades dos recenseamentos, afina o senso crítico sobre os dados que dispõe. Pode-se afirmar que a natureza dos dados demográficos acaba influenciada pela geografia dos lugares aonde são colhidos.

Existem também na área as vantagens: o franco contato com as pessoas que produzem as informações/dados. Consegue-se construir uma visão mais crítica daqueles

dados, como foram eles produzidos, seus limites. Há grande diferença entre o pesquisador lidar com dados numa área onde ele apenas os recebe – e ele não teve acesso ao processo, ao artesanato e a detalhes da produção dos mesmos –, e lidar com dados numa situação em que ele observa o dado demográfico sabendo dos limites na produção destes dados, das circunstâncias de elaboração daquele dado demográfico ou outro, como produção agropecuária, que se está trabalhando.

Ter atenção crítica às taxas do crescimento demográfico é uma exigência, em função das dificuldades de cobertura dos censos. Os efetivos populacionais nos novos assentamentos são pequenos. Calcula-se uma taxa e o resultado é 3,5%, é 6%; taxas altas, mas o volume da população é pequeno, se está trabalhando com quantidades de 3.000, 5.000 ou 6.000 pessoas, e estes volumes são elásticos, para mais ou para menos, em função das circunstâncias dos sistemas de uso de recursos prevaletentes.

O IBGE tinha uma dinâmica, uma capacidade, uma agilidade de operações impressionante... e vivendo sob a pressão de produção de estatísticas num contexto de fronteiras! Se alguém procura heroísmos na fronteira, aí um exemplo. Exemplo de habilidade nos artifícios de obtenção indireta, para produzir dados impossíveis de produção direta. Os dados da Funasa (antiga Sucam) de malária servem para outros fins, além dos próprios de monitoramento e controle da endemia. Existem os dados dos censos; mas, por exemplo, entre 1980 a 1991, o que estava acontecendo em certo assentamento com população pequena, de 2 ou 3.000 habitantes? Havia uma lacuna grave, especialmente pela ausência de registros domiciliares municipais, pois os novos municípios estavam nascendo. No período citado teriam ocorrido oscilações demográficas decisivas? Se sim, como evidenciá-las empiricamente?

Os dados da Funasa ofereciam acompanhamento anual. Então, existiam dados de abandono de residências, registrados pelo visitador que não encontrava moradores; e o registro de novas residências. Do começo dos anos de 1990, até os dias atuais, aconteceram melhorias extraordinárias nos arquivos de informações, porque a digitalização avançou nesta esfera disponibilizando páginas da *web* de instituições. Os acessos pela *web* multiplicaram-se, inclusive acesso *on-line* à imprensa que permite um acompanhamento dos fatos reportados na mídia. Foi uma década – 1990 – que coincidiu com a difusão da digitalização e da internet e que alterou muitas práticas e possibilidades de ferramentas de pesquisa.

Os dados meteorológicos, importantíssimos no estudo das condições de fronteira, neles há uma descontinuidade impressionante. Mas há uma memória guardada por pessoas.

Existiam 16 postos meteorológicos em Roraima, nos anos de 1975, 1976, e 1977; entretanto, depois deixaram de funcionar 6 destes postos. Mas o fato é que são séries de somente 5 anos. Mas há que se aprender a ser modesto nas exigências de dados. É melhor uma série de 5 anos que série nenhuma, desde que o pesquisador tenha consciência e objetivos definidos. Caso ele precise chegar a conclusões sobre ciclos mais longos, certamente tais séries lhe serão de pouca ou nenhuma utilidade. Mas, se ele deseja apenas uma idéia básica do regime pluviométrico anual, ou comparar propriedades ambientais de duas secções territoriais numa perspectiva da ecologia humana da fronteira, tais séries representam muito.

Quanto à memória oral, as pessoas que chegaram à área de fronteira no sul/sudeste de Roraima no final dos anos de 1970, e que tinham em torno de 40 a 50 anos de idade à época, os líderes, estão falecendo. Tive a oportunidade de entrevistar, num roteiro simples, algumas pessoas que haviam ido pra área. Em geral elas já tinham uma experiência de colonização na Amazônia, vários haviam trabalhado nas construtoras; muitos destes faleceram. Tem uma geração mais nova que pode oferecer muitas imagens e versões da experiência da fronteira. Isso é uma coisa que está pra ser feita: entrevistas mais sistemáticas com essas pessoas – se eles quiserem, tiverem interesse de construir uma memória da área. E têm! Geralmente gostam de falar sobre suas vidas com muito orgulho, por terem ocupado aquela área, feito nascer um município, etc.

4. PENSAMENTO GEOGRÁFICO E FRONTEIRA

A oportunidade de trabalhar numa área como esta, de fronteira, colocou um desafio: o projeto no início era um projeto basicamente econômico e ligado à idéia de centralidade, de zona influência. Contudo, em uma área que não é estritamente mercantil, e sim uma área de povoamento construído com recursos públicos, as idéias de centralidade, que foram desenvolvidas para análise em um contexto de mercado, têm que ser repensadas, e adquirir significados dentro daquele contexto inteiro, que é inclusive multi-étnico.

As pequenas sedes municipais (centralidades) que se formaram da colonização possuem uma importância grande do ponto de vista da aculturação das populações indígenas e de como se vai fazendo contatos com essas populações nativas. Os nativos acorrem a essas pequenas localidades centrais, com cerca de 2, 3 mil habitantes, pra vender produtos florestais, em busca de assistência médica, transporte, etc. Como era de se esperar, a Geografia no Brasil se institucionalizou, na sua dimensão de pesquisa, dentro do estado para servir à obra da integração nacional, especificamente na configuração do

período do Estado Novo. De acordo com as circunstâncias culturais dominantes, ela foi re-embebida nas idéias de progresso a partir das aspirações periféricas (nacionais) do desenvolvimento, conduzindo-a a uma sistemática prática instrumental de levantamentos ou diagnósticos de recursos naturais.

Quando se examina trabalhos geográficos sobre os territórios, que são extraordinários, legendários, ou sobre a Amazônia em geral, a partir do centro ou *core*, prevalece sempre a idéia da cooperação e instrumentalização da Geografia na obra do desenvolvimento, não no esclarecimento das circunstâncias culturais complexas do *encounter*. É uma Geografia militante do desenvolvimento. A historiografia da disciplina pode atribuir isto à influência do “contexto” histórico, político, institucional de exercício da disciplina. No capítulo do contato entre as populações indígenas e as populações expansivas, as indígenas ficam obscurecidas em suas circunstâncias espaciais, porque era uma Geografia bem do “império” interno, tal como se constituíram as Geografias européias em relação ao além-mar.

Nos anos mais recentes muitas iniciativas mudaram o quadro, especialmente quanto ao emprego da Geografia para a educação indígena. O tema da fronteira pode conduzir à aproximação com estudos antropológicos extremamente interessantes; sem exceção, todos com generosas superposições com as preocupações geográficas, especialmente aquelas ligadas à compreensão das sociedades tradicionais. Nada surpreendente, entretanto, uma vez que Frederico Ratzel é reconhecido na história da antropologia como difusionista, através da sua antropogeografia.

5. REFERÊNCIAS

ABERS, R.; PEREIRA, A. 1992. “Gold, Geopolitics and Hyperurbanization in the Brazilian Amazon: the case of Boa Vista, Roraima.” In: FADDA, G. (Ed): **La Urbe Latinoamericana**, Caracas: Fondo Editorial Actas Científicas Venezolanas. pp. 65-88.

AMORIM FILHO, O.B.; DINIZ, A.M. 2004. **Boa Vista, Roraima: uma cidade média na fronteira setentrional do Brasil**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 13p.

AMOROSO, M.R.; FARAGE, N. 1994. **Relatos da fronteira amazônica no século XVIII: documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira**. São Paulo: NHII/USP/FAPESP. 134p.

BARBOSA, R.; FERREIRA, E.; CASTELLON, E. (Eds). 1997. **Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima**. Manaus: INPA. 613p.

BARROS, N.C. de. 1994. "The Frontier Cycle: a study of the agricultural frontier settlement in the South East of Roraima." **Working Paper**. 4, University of Durham/UK. 32pp.

BARROS, N.C. de. 1995. **Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. 272pp.

BARROS, N.C. de. 1996. "Mobilidade populacional, fronteira e dinâmica das paisagens na Amazônia: o caso de Roraima". **Cadernos de Estudos Sociais**. v. 12, n. 2, p. 237-284, Fundaj/Recife.

BARROS, N.C. de. 2002. "Roraima: ten years of research". **Virginia Tech & State University Seminar Series**, Blacksburg/VA. 12p.

BARROS, N.C. de. 2004. **Tradição e inovação no pensamento geográfico: reflexões e aplicações**. São Paulo, Tese de Livre Docência, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 262p.

BECKER, B. 1978. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 40, n. 1, p. 111-122.

BECKER, B. 1984. A fronteira em fins do século 20: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: **Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos**, São Paulo, pp. 57-74.

CARVALHO, J.P.F. 1982. **Waimiri Atroari: a história que ainda não foi contada**. Brasília. 153p.

DINIZ, A.M.A. 2004. **Migração e evolução da fronteira**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 26p.

DROULERS, M.; TOURNEAU, F.M. 2001. La colonization agricole en Roraima: anciennes configurations et nouvelles stratégies. **Annales de Géographie**. v. 621, p. 550-570.

FARABEE, W.C. 1967. The Central Caribs. In: **Anthropological Publication**. v. 10, p. 153-167, University of Pennsylvania, The Netherlands.

FARAGE, N. 1991. **As Muralhas dos Sertões: povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Paz & Terra/Anpocs, Rio de Janeiro. 189p.

GUERRA, A.T. 1957. **Estudo Geográfico do Território do Rio Branco**. IBGE, Rio de Janeiro. 255p.

HEMMING, J. 1990a. Roraima: Brazil's Northernmost Frontier. **Research Paper**. v. 20, University of London, Institute of Latin American Studies. 56p.

HEMMING, J. 1990b. How Brazil Acquired Roraima. **Hispanic American Historical Review**, v. 70, n. 2, p. 295-325.

KOCH-GRUNBERG, T. 1966. **Del Roraima ao Orinoco** (Trad.). Banco Central de Venezuela, Caracas. v. 1 e 3. 770p.

MACHADO, L. 1992. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 54, n. 2, p. 27-55.

MACMILLAN, G. 1995. **At the end of the rainbow? – Gold, Land and People in Brazilian Amazonia**. Earthscan Press, London. 202p.

MEGGERS, B. 1987. **Amazônia: a ilusão do paraíso**. Edusp, São Paulo. 239p.

PETERS, J. 1998. **Life among the Yanomami**. Broadview Press, Toronto. 292pp.

REBORATTI, C.E. 1990. Fronteras agrarias en America Latina. **Geocrítica**. v. 87, p. 4-49.

RIVIÈRE, P. 1972. **The Forgotten Frontier: Ranchers of Northern Brazil**. Holt, Rinehart & Winston, New York. 125p.

SCHOMBURGK, R. 1836. Report of an expedition into the interior of British Guyana in 1835-36. **Journal of the Royal Geographical Society of London**. v. 6, p. 224-282.

SCHOMBURGK, R. 1841. Report of the 3rd expedition into the interior of British Guyana, comprising the journey to the sources of Essequibo, to the Curumá Mountains, and to Fort San Joaquim, on the Rio Branco, in 1837-8. **Journal of the Royal Geographical Society of London**. v. 10, p. 159-190.

SILVA, O.S. 1980. Os grupos tribais do Território de Roraima. **Revista de Antropologia**. v. 23, p. 69-89.

SILVEIRA, J.; GATTI, M. 1988. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi** (Antropologia). v. 4, n. 1, p. 43-64.

VIEIRA, E. 1971. **A exploração de diamantes em Roraima: 1939-1970**. UFSM, publicação n. 3.

WAUGH, E. 1934. **Ninety-Two Days**. Middlesex, Penguin. 170p.